

**COMITÊ BRASILEIRO DE BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO  
(CBTC)****ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Identificação da Reunião

Página 1 de 13

<b>Número/Ano: 08/2016</b>	<b>Data: 15/12/2016</b>
<b>Início: 14:30h</b>	<b>Término: 17 h</b>
<b>Local: Auditório da SECEX/MDIC</b>	

**PARTICIPANTES**

<b>NOME</b>	<b>ENTIDADE</b>
ALEX QUEIROZ PEREIRA	MD
ANA CAROLINA M. DOS SANTOS	MMA
ANDRÉ SANTOS	INMETRO
ANTÔNIO JOSÉ JULIANI	SDCI/MDIC
CAMILA SANDE	CNA
CAMILA ZELEZOGLO	ABIT
CARLOS SANTOS AMORIM	ABNT
CLEBER SABONARO	ABIA
DIEGO PIZETTA	INMETRO
FRANCISCO MACHADO NETO	EXPORTAMINAS
GUILHERME PEDRETTI	APEXBRASIL
GUSTAVO VASCONCELLOS	ANVISA
HELENA MASSOTE	MRE
HELENA MÜLLER QUEIROZ	MAPA
JOÃO TERRA	MRE
JORGE CRUZ	INMETRO
JULIANA GHIZZI PIRES	MDIC
KAREN KIYOMI HAYASHI	APEXBRASIL
KAUÊ CARVALHO	ABIMAQ
LAYANNE ALVEZ VASCONCELLOS	CNA
LEA CONTIER DE FREITAS	INMETRO
LEANDRO BARCELOS	CNI
LUIZ AUGUSTO PINTO ROCHA	APEXBRASIL
MATEUS R. CERQUEIRA	ANVISA
NADINNI SOUSA	MMA
NATÁLIA SIQUEIRA	FIESP
REINALDO WACHA	INMETRO
ROGERIO CORRÊA	INMETRO
SÉRGIO MONFORTE	CNI
VERA THORSTENSEN	FGV
YANE CARVALHO	ANVISA

## AGENDA

1. Abertura;
2. Aprovação da ata da 7ª reunião do CBTC, realizada em 03 de novembro de 2016;
3. Relato da Reunião do Conmetro;
4. Debate: Quais os impactos das normas voluntárias na área da sustentabilidade sobre a produção e as exportações brasileiras?

### Participantes:

- Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA) – Cleber Sabonaro / Departamento de Economia e Estatística;
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) – Camila Sande / Assessora para Acesso a Mercados;
- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) – Regiane Brito / Chefe da Divisão de Análise de Produtos;
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – Helena Queiroz / Coordenadora do Departamento de Negociações Não Tarifárias;
- Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) – Secretaria de Desenvolvimento e Competividade Industrial – Antônio Juliani;
- Ministério das Relações Exteriores (MRE) – Helena Massote / Divisão de Acesso a Mercados.

5. Plataforma Nacional do Fórum das Nações Unidas sobre Normas de Sustentabilidade (UNFSS);
6. Sistemática de apresentação e tratamento de Preocupações Comerciais Específicas no CBTC;
7. Outros assuntos.

### 1. Abertura

A Presidente do Comitê Brasileiro de Barreiras Técnicas ao Comércio (CBTC), Vera Thorstensen, abriu a reunião dando as boas vindas.

### 2. Aprovação da ata da 7ª reunião do CBTC, realizada em 03 de novembro de 2016

A ata da reunião passada foi aprovada. Vera Thorstensen destacou que observações podem ser encaminhadas a posteriori por e-mail.

### **3. Relato da reunião do Conmetro**

O Secretário Executivo do CBTC e Coordenador-Geral de Articulação Internacional do Inmetro, Jorge Cruz, fez um breve relato da reunião do Conmetro, que ocorreu no dia 13 de dezembro de 2016. O Regimento Interno do CBTC foi apresentado ao Conselho de Ministros e foi aprovado por unanimidade, sem necessidade de acréscimos. Foi realizado um breve relato das atividades do CBTC no Conmetro e foram acatadas, além de ter se destacado a relevância do Comitê.

### **4. Plataforma Nacional do Fórum das Nações Unidas sobre Normas de Sustentabilidade (UNFSS)**

Vera Thorstensen solicitou inversão de pauta e antecipou o tema 5 (cinco) que trata da Plataforma das Nações Unidas sobre Normas de Sustentabilidade (UNFSS).

Pela definição as normas de sustentabilidade são medidas relacionadas a clima e meio ambiente, padrão trabalhista e bem estar animal. Segundo Vera Thorstensen, a história diz que após grande vazamento de óleo de um navio petroleiro da Exxon no Alasca, em 1989, as ONG passaram a realizar manifestações na frente de grandes distribuidores para obriga-las a tomarem consciência de que havia um problema. O efeito disso foi que 10 (dez) anos depois já são 522 (quinhentos e vinte e dois) normas voluntárias de sustentabilidade que cobrem um grande número de temas relacionados, por exemplo, a clima, questões florestais, bem estar animal. O impacto dessas normas foi que esses mesmos grandes distribuidores passaram a não comprar mais produtos que não possuíssem, por exemplo, certificações florestais. Vera Thorstensen questionou sobre a existência do Acordo SPS e a construção da OMC há 60 anos que possui regras claras, seguindo as orientações dos fóruns internacionais de normalização: Codex Alimentarius, Organização de Sanidade Animal e a Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais. Se os países exportadores seguissem as normas estabelecidas por esses organismos não deveria haver problema nesse comércio, devendo o país importador se explicar caso exigisse requisitos mais restritivos. No caso do Acordo TBT, há somente as normas ISO. Só que o que tem sido alegado pelos grandes distribuidores é que estão estabelecendo essas normas, pois seus consumidores passaram a exigir tais requisitos mais restritivos.

Vera Thortensen também destacou que o tema está sendo discutido em diferentes fóruns, inclusive na OMC. Alguns especialistas chegam a afirmar que “estão destruindo” o TBT e o SPS. Afirmou que os Estados Unidos e a União Europeia estão sempre bloqueando qualquer discussão nas reuniões da OMC. É um quadro que preocupa a todos. Além disso, informou que buscou informações sobre quem estaria mapeando e quantificando a proliferação dessas barreiras não tarifárias.

Existem dois mapeamentos muito bons: o primeiro do International Trade Centre - ITC, que é uma agência de cooperação técnica da OMC e da Unctad, e tem como objetivo apoiar os países em desenvolvimento no processo de exportação. E existe uma segunda plataforma que é da ONU, compreendendo 5 órgãos das Nações Unidas (FAO, ITC, UNCTAD, UNEP e UNIDO). A vantagem desse fórum é que esse seria mais livre, e que no caso do ITC só teriam 280 (duzentos e oitenta) documentos mapeados e que essa plataforma já teria 540 (quinhentos e quarenta) normas mapeadas. O nome do fórum é UNFSS e a China e a Índia já possuem essa plataforma em funcionamento.

Adicionalmente foi pontuado a ideia de instalar a plataforma da UNFSS no Brasil, sendo o Inmetro o hospedeiro, estando aberto para outras instituições que tenham interesse. Vera Thorstensen sinalizou o interesse da Fundação Getúlio Vargas, destacando a existência de recursos financeiros para estudar o tema. Aproveitou também para informar que está organizando 3 (três) eventos de lançamentos da plataforma, previstos para serem realizados no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília.

Vera Thorstensen fez menção à nota conceitual sobre a plataforma UNFSS que foi distribuída aos presentes e solicitou que comentários fossem encaminhados posteriormente. Disse ainda que verificará com MRE e MDIC as tratativas necessárias para estabelecimento de acordo entre o Brasil e a ONU para hospedar a plataforma UNFSS.

Por fim, destacou que gostaria que o assunto fosse levado para discussão no SPS em um *specific trade concern* e citou o exemplo de São Vicente e Granadina, afirmando que a história das normas privadas iniciou na OMC em 2005, quando esse país teve dificuldades de exportar para Europa.

**5. Debate: Quais os impactos das normas voluntárias na área da sustentabilidade sobre a produção e as exportações brasileiras?**

**5.1. Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA)**

Cleber Sabonaro, da ABIA, informou que fez consulta a 12 (doze) empresas de grande porte, que são produtoras de alimentos processados e também grandes exportadores. Na opinião dessas empresas as normas privadas vieram para ficar. Não são definidos apenas requisitos para meio ambiente, mas também para questões sociais (desde avaliar se houve mão de obra escrava na fazenda, questões de ética e responsabilidade social). As empresas procuram capitalizar essas exigências a seu favor. Elas contratam empresas locais que são grandes grupos internacionais de auditoria com representação no Brasil. Os serviços de auditoria e/ou consultoria podem levar muitos meses.

As indústrias de todo mundo estão buscando se adequar aos novos tempos. Não dá para tratar a questão de normas de sustentabilidade de forma isolada, mas deve se abordar de forma mais ampla, passando por questões de certificação, estratégias das grandes redes de se proteger de seus concorrentes, questões de saúde de pública e desenvolvimento da cadeia produtiva. Os atores desse processo são: o consumidor, o grande distribuidor (*retail*, varejo ou *food service/restaurants*), a indústria, o agricultor, o setor público e as certificadoras privadas.

Atualmente as empresas, a indústria de alimentos e a agroindústria são bombardeadas por seus consumidores que demandam cada vez mais saudabilidade e demandam proteção ambiental no alimento que as empresas estão oferecendo. Os acionistas, por sua vez, cobram das empresas respeito ao meio ambiente por questões de *compliance*. Há o entendimento por parte das empresas que por meio das certificações a sua marca pode se mostrar no mercado.

Cleber Sabonaro afirmou que estava tentando mostrar outro lado da certificação, que pode exigir requisitos incabíveis, sem base científica, que podem estar sendo utilizados por países para proteger regiões agrícolas que não possuem mais competitividade. Ou ainda estimular empresas em fase de transição (dificuldade econômica), protegendo um país, como o Brasil que é uma potência agroalimentar.

As empresas brasileiras estão fazendo seu papel, a maioria está atenta com o tema. Foi destacado que a grande dificuldade é a assimilação dos custos das certificações por parte dos pequenos e médios empresários.

Cleber Sabonaro pontuou que esse é um sistema de proteção muito sofisticado. E destacou que para romper essa barreira é necessária informação, com plataformas que possam estar acessíveis. Citou que produtores rurais de café e soja afirmaram que acesso a informação é primordial. Para exportar café pro Japão é definido um determinado limite de um agente químico e isso está claro para o produtor. No caso das normas privadas, cada rede japonesa possui os seus requisitos e acaba inovando com um selo específico, utilizando isso como uma estratégia de marketing.

Mesmo as grandes empresas foram categóricas ao afirmar que não têm condições de cumprir com todas as normas e que precisam focar em determinados produtos e mercados que são mais competitivos.

Cleber Sabonaro afirmou que não foi possível fazer a pergunta se uma norma privada já bloqueou alguma venda. Já que o comprador é o cliente que possui o poder de barganha. Se não cumprir, está fora da negociação.

As empresas brasileiras estão começando a sentir isso, já que os grandes varejistas estrangeiros estão exigindo de nossas empresas, mesmo que não sejam exportadoras.

Por fim citou que a soja possui 3% de certificação, que os europeus exigem o certificado, mas que não querem pagar por isso.

## **5.2. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)**

Camila Sande, da CNA, fez apresentação com o título: “Padrões privados, comércio agrícola e sustentabilidade”. Os principais temas abordados foram:

- Definição sobre os padrões privados, seus princípios e critérios;
- As discussões sobre o tema no âmbito da OMC;
- Onde os padrões privados incidem na agropecuária;
- Como os padrões privados funcionam (apresentando os modelos/formatos, quem cria os princípios, critérios e indicadores e as principais características de cada modelo);
- Funcionamento dos padrões privados (Organizações Internacionais; *Multistakeholder*; *Multistakeholder & Governo*);
- Exemplos de padrões privados e seus impactos.

Camila Sande concluiu que os países desenvolvidos querem manter a discussão na OMC o mais genérico possível; que há um conflito entre as limitações do SPS versus a amplitude dos critérios e princípios ambientais e sociais exigidos na maioria das certificações; geralmente importadores que adotam os padrões privados não seguem completamente padrões internacionais ou não vinculam suas decisões em ciência; os países em desenvolvimento são os maiores impactados; além da rigidez e subjetividade dos padrões, há um tempo longo para análises de risco e aprovação das importações; o Brasil não sabe capitalizar sustentabilidade e que o ideal é harmonizar requisitos em discussões multilaterais.

### **5.3. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro)**

Regiane Brito, do Inmetro, pontuou que a posição da instituição é diferenciada uma vez que reage a demandas feitas pelo setor ou é feita a prospecção e identificação de que um determinado tema precisa ser tratado por meio de medidas regulatórias.

Apresentou os programas desenvolvidos pelo Inmetro e relacionados com o tema. Discutiu-se sobre as normas voluntárias com foco na sustentabilidade: Produção Integrada Agropecuária (PI-Brasil); Programa Brasileiro de Certificação Florestal (Cerflor); Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) e Programa Brasileiro de Avaliação de Ciclo de Vida (PBACV).

Foi dado maior destaque ao PBACV e a Regiane Brito falou sobre como é a gestão do Programa e seu Comitê Gestor. Falou também sobre os Requisitos Gerais do Programa de Rotulagem Ambiental/Declaração Ambiental de Produto (DAP).

#### **5.4. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)**

Helena Queiroz, do MAPA, fez apresentação sobre: “Impactos das normas voluntárias na área de sustentabilidade sobre a produção e as exportações brasileiras”.

Foram apresentados os conceitos sobre normas voluntárias, que são normas não obrigatórias, não necessariamente são ruins e podem modificar culturas sem o poder de coerção. Devem manter um equilíbrio entre seus interesses legítimos, sem influenciar no fluxo do comércio. Os interesses legítimos estão relacionados a obrigações estatais que são inquestionáveis (produção de alimento seguro, sanidade dos animais e manter identidade padronizada) e aos valores da sociedade, entrando assim no conceito de sustentabilidade.

Quando deixa de ser uma medida pode se tornar uma barreira de 3ª geração, não sendo mais somente uma barreira tarifária, sanitária e fitossanitária ou técnica, passa a ser uma barreira social e ambiental.

Foi feita uma comparação das normas voluntárias elaboradas em discussões multilaterais e os padrões privados, destacando os impactos e alguns exemplos. No caso dos fóruns multilaterais foi destacada a importância do envolvimento do Governo nas discussões, que pode minimizar o interesse de compradores. Helena enfocou a importância do embasamento científico e a possibilidade de enfraquecimento de instituições como o Codex Alimentarius e a OIE (Organização Mundial de Sanidade Animal).

Helena Queiroz mencionou que na 33ª Reunião da Comissão do Codex Alimentarius (CAC) foi discutida a preocupação do fórum com a proliferação dos padrões privados, e que a discussão foi registrada no relatório da reunião.

André Santos, do Inmetro, informou que pode disponibilizar a Posição Brasileira defendida na 33ª Reunião da CAC.



Como conclusão Helena Queiroz destacou que é importante: fomentar a participação na elaboração de guias voluntários multilaterais; continuar trabalho na OMC e demais fóruns multilaterais; garantir que os acordos bilaterais ou birregionais não sejam prejudiciais ao comércio de produtos agrícolas; aprimorar a imagem dos produtos agropecuários brasileiros.

Carlos Amorim, a ABNT, ressaltou a importância de ter claro o conceito sobre norma privada e que a norma ISO não é um padrão privado.

Helena Queiroz esclareceu que o MAPA internaliza as normas ISO em seus regulamentos e que a utilização do termo privado para normas ISO deve-se ao fato dessas normas serem elaboradas por ente não governamental.

#### **5.5. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)**

Antônio Juliani, da Secretaria de Desenvolvimento e Competividade Industrial do MDIC, relatou a experiência prática de um projeto de cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a União Europeia, China, Índia e África do Sul (2006 a 2011). O objetivo era certificar uma empresa brasileira com o rótulo *Flower* que é da União Europeia, que é um rótulo ambiental do tipo I, diferente do rótulo tipo III do Inmetro.

O rótulo possui as seguintes características: é uma norma voluntária, certificável por um organismo de terceira parte e leva em consideração aspectos de avaliação de ciclo de vida. O programa possuía 15 critérios que a empresa deveria atender. Trabalhou-se com o setor de papel e celulose, com a empresa International Paper. O produto utilizado foi o papel para cópias e impressões. A empresa brasileira foi a única a conseguir a certificação dentre os países participantes do projeto. Paralelamente também foi obtida a certificação Colibri da ABNT. No fim do projeto havia a expectativa de se conseguir um mecanismo de reconhecimento mútuo entre os programas. Mas ao final do projeto a União Europeia desistiu de desenvolver o mecanismo de reconhecimento mútuo.

Percebeu-se que a rotulagem ambiental tipo I contribui para a competitividade do produto no mercado internacional, no caso específico, no mercado europeu.

Com a crise financeira em 2008, uma empresa da International Paper, sediada na Irlanda, faliu. Havia a necessidade de repor a produção de papel no mercado europeu e a única empresa que conseguiu suprir o mercado foi a International Paper Brasil.

Antônio Juliani afirmou que para pequenas e médias empresas a certificação realmente é um obstáculo, porque a certificação custa em média R\$ 20 mil a R\$ 30 mil, além do custo de manutenção. Afirmou também que necessário agir e não reagir a esse tipo de certificação, já que elas são uma realidade.

#### **5.6. Ministério das Relações Exteriores (MRE)**

Helena Massote, do MRE, esclareceu que o objetivo de sua apresentação era entender a motivação de elaboração de novas voluntárias de sustentabilidade. Como primeira motivação, citou a preocupação com qualidade do produto. E uma segunda motivação seria tornar-se uma medida protecionista. Helena Massote destacou a importância de diferenciar se uma norma voluntária é uma medida protecionista ou se é resultado de uma preocupação do consumidor com qualidade, que gere uma resposta da indústria a essa preocupação. Nesse caso, afirmou que seria uma questão mercadológica, já que o produtor estaria tentando melhorar seu posicionamento no mercado em relação a seus concorrentes. No caso do protecionismo, citou o alcance das diretrizes da OMC (Artigo 4.1 do Acordo TBT).

Adicionalmente relatou um caso específico trazido pela ABIT, que se pensou em apresentar uma Preocupação Comercial Específica (PCE) na OMC. Esse foi o caso de um comprador na Alemanha que sugeria ao fornecedor brasileiro de produtos de cama, mesa e banho que se vinculasse ao BSCI (*Business Social Compliance Initiative*). Foram feitas investigações e foi descoberto que a exigência estaria baseada em um relatório do Banco Mundial, que não serviria para ser utilizado em um processo de certificação.

O relatório do Banco Mundial apresentava um ranking de países e o BSCI dizia que se o país estivesse mal posicionado, não teria direito a certificação. Com isso chegou-se a conclusão de que não era um certificado legítimo e não foi possível levantar a primeira PCE.

Foi apresentada também a posição do Brasil em relação ao desenvolvimento de normas voluntárias e as perspectivas como:

- Maior conscientização dos consumidores sobre questões relativas à sustentabilidade poderá criar novas oportunidades para a diferenciação de produtos com base em esquemas de certificação voluntária com base em padrões estabelecidos pela própria indústria;
- Aumento da disposição para se tratar o tema no âmbito internacional;
- Cooperação entre agências ou entidades que elaboram normas voluntárias para a redução de custos associados à certificação;
- Promoção de esquemas de reconhecimento mútuo de equivalência de certificações voluntárias.

Carlos Amorim, da ABNT, comentou sobre o programa de cooperação do Sebrae com o Inmetro, chamado Bônus Certificação que tinha como objetivo reduzir os custos de certificação para micro e pequenas empresas.

João Terra, do MRE, esclareceu que já foi proposto tratar o tema nas negociações Mercosul-União Europeia, na perspectiva de ampliar essa discussão no âmbito internacional. Não há uma garantia de aceitação de discutir o tema, mas há a insistência de pautar o assunto. Sobre a questão de TBT e SPS informou que é interesse do Itamaraty e do Governo Brasileiro de tratar os assuntos de forma paralela e coordenada.

## **6. Sistemática de apresentação e tratamento de Preocupações Comerciais Específicas no CBTC**

Vera Thorstensen considerou que seria melhor tratar desse tema quando houvesse uma preocupação comercial específica identificada. Dessa forma, o assunto ficou para ser discutido em outra oportunidade.

## 7. Outros assuntos

Jorge Cruz apresentou uma proposta de calendário de reuniões do CBTC para o ano de 2017.

Diego Pizetta, do Inmetro, informou que após a última reunião do CBTC o Inmetro recebeu algumas sugestões no sentido de incentivar que as empresas apresentem no Comitê casos de barreiras e também que o Comitê seja um fórum para se discutir o tratamento desses casos. Diante das sugestões recebidas, um possível encaminhamento é estabelecer um grupo de trabalho para tentar unificar as propostas encaminhadas ao Inmetro e tentar na próxima reunião do CBTC apresentar uma possível sistemática, permitindo sempre um espaço na agenda do Comitê para tratar de casos trazidos ao CBTC.

João Terra, do MRE, considerou pertinente a criação de um Grupo de Trabalho e destacou que a sensibilização do setor privado é fundamental. Pontuou que não é necessário ter uma fixação em transformar as preocupações em uma PCE, baseado no relato da Helena Massote que demonstrou que uma preocupação pode ser resolvida em uma abordagem bilateral. Destacou que o primeiro passo é o alinhamento entre as reuniões do TBT e do CBTC. Ponderou que seria interessante circular a lista das PCE com maior antecedência da reunião da OMC, pois seria útil e teria um papel didático para mostrar para as empresas brasileiras como outros países foram capazes de identificar barreiras.

Leandro Barcelos, da CNI, esclareceu que o trabalho de sensibilização junto as empresas já está sendo feito há cerca de 1 (um) ano e meio em conjunto com a APEX. Já foi feita abordagem com 35 associações setoriais para apresentar o que são barreiras técnicas, sanitárias e aquelas que não estariam identificadas no sistema.

Juliana Ghizzi, do MDIC, pontuou o esforço envolvido nesse trabalho, destacando a importância da integração das ações. Destacou que já existe uma atuação em conjunto do MDIC, Inmetro, MRE, Federações de Indústrias, CNI e APEX. A ideia é de fato definir uma sistemática que racionalize o trabalho e aprimore a atuação do país.

Enfatizou que a ideia de distribuir as PCE com maior antecedência pode dar uma melhor dimensão de como os outros países são atuantes e isso se deve ao fato da atuação do setor privado que alimenta seus governos.

Juliana Ghizzi aproveitou a oportunidade para justificar a ausência do Secretário Abrão Árabe Neto, que teve que comparecer a outro compromisso no mesmo horário, e registrou que a Secretaria de Comércio Exterior/MDIC tem total interesse e engajamento na temática de Barreiras e segue à disposição para sediar futuros eventos e discussões do CBTC em Brasília.

Jorge Cruz falou sobre a ferramenta e-ping, onde são encontradas informações sobre notificações no âmbito do TBT e do SPS.

Jorge Cruz agradeceu a colaboração da Associação de Analistas de Comércio Exterior para realização da reunião do CBTC em Brasília, agradeceu também a presença de todos e finalizou a reunião.

**Próxima Reunião:**

Data: 08 de março de 2017

Horário: 14 h 30 min

Local: Rio de Janeiro